

A Importância da Confiança nas Instituições Financeiras

Começo por agradecer à organização do Venture Capital IT 2008 o convite para, em nome do Forum para a Competitividade, proferir algumas palavras neste painel de encerramento.

O Venture Capital IT já constitui um "major" e um "must": um "major" entre os eventos focados nas temáticas do empreendedorismo e do capital de risco, e um "must" para os especialistas nacionais e internacionais nestas áreas tão importantes para a saúde da economia e para a vida das empresas.

E não dispenso outra palavra de agradecimento, este pessoal, ao meu amigo Francisco Banha, evangelizador do empreendedorismo, lutador do capital de risco e companheiro nas difíceis lides da competitividade.

Cumpridos os agradecimentos, não posso deixar de registrar o rigor e a objectividade postos na discussão dos problemas aqui debatidos ontem e hoje por parte de todos os especialistas que participaram neste evento - nacionais e estrangeiros, públicos e privados, empresários já consagrados e empresários que o futuro certamente consagrará.

E passo imediatamente a abordar o tema que me foi sugerido: a importância da confiança nas instituições financeiras.

O tema da confiança é um tema abrangente, demasiado abrangente para poder ser abordado em profundidade no período de tempo que me foi reservado - e que, prometo, não irei ultrapassar.

Por essa razão, nestes tempos de conjuntura financeira internacional e nacional de consequências ainda incalculáveis, irei abordar o tema na óptica predominante da competitividade, competitividade que certamente preocupa os empresários e especialistas financeiros que têm a paciência de me estar a ouvir.

Nesse sentido, analisarei a confiança nas instituições financeiras - e nas instituições em geral - em cinco vertentes distintas:

- . a confiança e o imperativo ético
- . a confiança e a credibilidade nas instituições
- . a confiança e a competitividade
- . a confiança e a justiça
- . a confiança e o dinamismo económico

A confiança e o imperativo ético

A confiança é o mais importante dos sentimentos em economia. Ou existe ou não existe. Nenhum poder a pode instituir. Nenhum governo a pode decretar.

É um valor inestimável para todos os sectores económicos, e de modo ainda mais valioso para o sector financeiro.

Não nasce espontaneamente nem cresce quando se quer: como se não bastasse, leva muito tempo a construir e muito pouco tempo a destruir.

Para que exista, a confiança requer ética, transparência e verdade.

Ética na gestão, transparência nas operações e verdade nos resultados.

Ética, transparência e verdade que só podem existir aonde exista um verdadeiro sentido de responsabilidade social por parte de quem gere as instituições.

Responsabilidade social sem a qual não há excelência na gestão.

Vale a pena lembrar que, talvez nem dez anos atrás, a excelência na gestão se media exclusivamente por números - EBIT's, EBITDA's, RAI's, cash-flows operacionais e livres, etc..

De então para cá, as instituições, com particular realce para as instituições financeiras, vêm atribuindo cada vez maior importância à relação com a comunidade em que estão inseridas e à percepção que os seus clientes, e a comunidade em geral, têm da qualidade dos seus produtos e dos seus serviços.

"A good reputation is the best market value".

Ao ponto de as instituições em geral, e por maioria de razão as empresas, já serem julgadas, e até condenadas, por praticarem actos ou prosseguirem condutas contrárias aos padrões e interesses da comunidade - como, por exemplo, a utilização de mão de obra infantil na manufactura dos seus produtos, a responsabilidade por desastres ecológicos, etc...

È, pois, gratificante constatar a importância progressivamente assumida nas instituições pelo conceito de responsabilidade social, e como a responsabilidade social tem vindo a pouco e pouco a ser incluída na grelha de critérios de avaliação das empresas em geral e das empresas financeiras em particular.

Como gratificante se torna constatar que o imperativo ético, conjuntamente com uma relação de transparência com os "stakeholders", é condição de excelência na gestão e esta, por sua vez, é pressuposto indispensável da criação de valor no curto e médio prazos, e de sustentabilidade no longo prazo.

Imperativo ético na gestão, verdade nas operações e nos resultados, transparência nas relações com a comunidade em que as instituições estão inseridas - são, pois, os ingredientes necessários a que depositantes e mutuários retribuam às instituições financeiras o que de mais valioso lhes podem dar: a confiança.

Retribuição tão ou mais importante quanto a confiança é factor de credibilidade das instituições.

A confiança e a credibilidade nas instituições

Um Estado vale pelo que valem as suas instituições.

E uma economia avalia-se, ainda antes de outros pressupostos, pelo grau de confiança que os agentes económicos nacionais, e estrangeiros, depositam nas respectivas instituições.

Com a revolução do 25 de Abril a economia portuguesa sofreu uma profunda descontinuidade em relação ao que caracterizava o seu funcionamento - em circuito fechado e condicionado.

Só que enquanto outras economias europeias reagiam aos choques petrolíferos dos anos 70 com um apoio fortíssimo à consolidação dos grupos económicos aqui os grupos eram nacionalizados a eito e sem preceito; enquanto nessas economias europeias se apoiava a internacionalização das empresas aqui elas eram albanizadas; enquanto lá fora se iniciava o investimento na economia do conhecimento aqui destruíam-se os poucos centros de racionalidade que existiam.

Desse período se herdou um saldo catastrófico, já que a economia portuguesa ficou avassaladoramente dependente de um Estado interventor, obeso, gastador - sem competência para gerir os dinheiros públicos quanto mais os que tinham sido confiscados aos privados.

A adesão à então CEE modificou o clima vigente, e o Estado, por compromissos com a integração europeia e também por necessidades financeiras, sentiu a necessidade de reduzir o seu perímetro patrimonial e de intervenção.

Com as reprivatizações começou o lento dismantelamento do Estado interventor e com a adesão à 3ª fase do SME deram-se os primeiros passos na implementação das políticas de concorrência - com a criação do regulador geral (a Autoridade da Concorrência) e dos diversos reguladores sectoriais (o Banco de Portugal, o Instituto de Seguros, a CMVM, a Erse, a Anacom, e outras).

Foram passos importantes na instauração da confiança por parte dos agentes económicos, embora a evolução de Estado interventor para Estado regulador, para além de recente, seja ainda nalguns aspectos tímida e incipiente.

Compete, agora, às instituições regulatórias ganharem para si próprias um prestígio indiscutível, que lhes permita impor as suas decisões com independência e autoridade.

Factos recentes comprovam, aliás, de forma insofismável que, até se consolidar esse prestígio e se cimentar o grau de confiança nessas instituições, ainda há um longo caminho a percorrer.

A confiança e a competitividade

Como todos sabemos, a geografia económica alterou-se profundamente nas duas últimas décadas: a economia mundializou-se, emergiram novas potências económicas, chegaram ao mercado novos "players" europeus que são nossos concorrentes directos.

Estas alterações repercutiram profundamente sobre a economia portuguesa, e estiveram na génese da criação do Fórum para a Competitividade.

Desde o início que o Forum chamou a atenção de empresários e gestores, bem como de todos os responsáveis políticos, para a necessidade de acautelar o problema da competitividade não só das empresas nacionais como da própria competitividade do País.

E, para isso, investiu desde os primeiros tempos após a sua criação nos debates então correntes, nomeadamente na indispensabilidade da confiança nas instituições como requisito indispensável para o investimento nacional e estrangeiro - e no debate mais técnico sobre a confusão existente entre produtividade e competitividade.

Esclareçamos: a produtividade é um rácio entre o nível do "output" e o nível do "input" - é uma conjugação dos factores tecnologia, organização e motivação.

Enquanto a competitividade das empresas é a capacidade para produzirem bens e serviços numa base sustentável, de forma mais eficiente que as suas competidoras, quer em termos de preço quer em termos de factores qualitativos, de acordo com os níveis de satisfação exigidos pelos clientes.

Por outras palavras, a competitividade das empresas consiste em transformar ideias em produtos com utilidade social, validados pelo mercado, de uma forma melhor, mais rápida e mais barata que os concorrentes.

Já a competitividade de um país é, de forma genérica, o desempenho da sua economia e a sua capacidade para segurar ou aumentar a sua cota de mercado nos vários sectores e produtos.

Daí que a produtividade seja condição necessária mas não condição suficiente da competitividade - pois pode uma empresa fabricar um produto com elevada produtividade mas, se esse produto não for socialmente útil, será rejeitado pelo mercado e pelos consumidores, pelo que não é competitivo.

Importa, contudo, referir que são vários os factores de competitividade.

A sua classificação tradicional distingue entre os factores "hard" (os economicamente mensuráveis) e os factores "soft" (os não mensuráveis economicamente, apenas apreendidos, mas cada vez mais importantes no novo modelo de desenvolvimento económico).

O requisito da confiança é condição indispensável a uns e a outros.

Afigura-se justo lembrar que nos factores "hard" (como o crescimento económico, a inflação, a consolidação orçamental, etc...) se tem registado uma recuperação progressiva da confiança - embora também neste domínio haja ainda caminho a percorrer.

Também numa boa parte dos factores "soft" - de que são exemplos a educação, o conhecimento e a cultura, os valores éticos e morais, a cultura empresarial, e a justiça - se tem registado uma recuperação nada despicienda da confiança como factor de competitividade.

A confiança e a justiça

Excepção a esta evolução positiva é a justiça.

E esta é uma situação que o Forum não pode deixar passar em claro, dado o valor particularmente relevante que atribui ao sistema de justiça na competitividade da economia e das empresas.

O funcionamento de um sistema de justiça é, com efeito, um dos indicadores da eficácia das instituições de um país e, a par do sistema laboral e do regime fiscal, traduz uma das condições imprescindíveis para a existência de confiança no funcionamento de uma economia de mercado - entre outras razões por ser factor de incontornável relevância nas decisões de investimento.

Ora o funcionamento do nosso sistema de justiça (tanto do sub-sistema legislativo como do sub-sistema judicial) apresenta problemas estruturais que urge resolver, e que representam - contrariamente a outros pontos onde se tem registado uma evolução positiva - um ponto negativo na credibilidade das instituições e, conseqüentemente, na confiança dos agentes económicos.

Vale por isso a pena determo-nos um pouco sobre as causas e os efeitos do deficiente funcionamento do nosso sistema de justiça, de que todos nós sofremos as conseqüências.

No tocante ao sub-sistema legislativo, a incontinência de leis, decretos-leis, portarias, resoluções normativas, regulamentos, circulares, despachos e outros normativos infra-legais não favorece em nada a segurança jurídica e deixa hesitantes os investidores.

Para mais, com o excesso de leis corre-se o risco de se generalizar o sentimento de que as leis não são para cumprir, não passando de meras sugestões de comportamento.

Há uns anos atrás, chegou-se mesmo a instituir para certas leis a tolerância zero, ou seja, a sugestão de que, essas sim, são as únicas a que se tem de obedecer.

Mais grave ainda é a situação no sub-sistema judicial, onde a elevada morosidade das decisões dos tribunais reduz o valor dos direitos, diminui as garantias, aumenta o risco nas transacções comerciais, e causa acréscimo dos preços de bens e serviços para cobertura dos riscos inerentes - e faz com que um mau acordo seja bem melhor que uma boa sentença.

Com a agravante de estas deficiências no sistema de justiça serem potencialmente responsáveis pelo crescimento da burocracia, pelo alastramento da corrupção e pela ausência de dinamismo económico.

Para finalizar, a confiança e o dinamismo económico

A última coisa que me passaria pela cabeça seria discursar sobre maravilhosas teorias de dinamismo empresarial perante esta plateia, para quem o dinamismo empresarial não é propriamente uma teoria, muito menos bonita, é antes uma prática pura e dura de todos os dias.

Vou cingir-me, por isso, a apresentar dois casos significativos de dinamismo empresarial a que estou pessoal e institucionalmente ligado, e que penso serem representativos de quanto o sentimento de confiança nas instituições pode motivar investidores de diversas naturezas e competências a promover e financiar projectos de características bem peculiares.

Primeiro caso a que me encontro ligado é o Observatório Português de Start-Ups Inovadoras que, escusado será dizer, tem como principal impulsor Francisco Banha, meu colega na vice-presidência do Forum.

O Observatório tem como entidade proponente o Forum para a Competitividade, e objectiva ter como entidades parceiras o IAPMEI, a InovCapital, a Agência de Inovação, a COTEC, a APCRI, a Gesventure e a FNABA.

E resulta da necessidade sentida de aprofundar o estudo do fenómeno das start-ups em Portugal, tendo em vista identificar as melhores práticas adoptadas pelas start-ups já existentes, bem como os factores de sucesso que contribuem para a sua duração e desenvolvimento.

Importa sublinhar que toda a informação resultante do Observatório irá ser disponibilizada aos empreendedores que lideram start-ups inovadoras, e às entidades que lhes estão directa ou indirectamente ligadas (Universidades, entidades do associativismo empresarial, agências privadas, incubadoras de empresas, etc...).

Com esse fim criar-se-á um indicador semestral (destinado a mensurar a evolução das start-ups ao longo dos anos e analisar os seus efeitos sobre a economia), promover-se-ão foruns especializados, estabelecer-se-ão acordos de troca com entidades internacionalmente reconhecidas na matéria, e desenvolver-se-á um espaço de debate "on-line" no site do Forum para a Competitividade.

Segundo caso a que me encontro ligado, este pela ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores, consiste na criação de um fundo de capital de risco, denominado Fundo Bem Comum, vocacionado para financiar projectos liderados por quadros médios e superiores desempregados, com mais de quarenta anos e curriculum relevante, que queiram desenvolver as suas potencialidades de empreendedorismo.

A ACEGE define a missão deste fundo como a promoção e o apoio a start-ups que concretizem uma aplicação prática de responsabilidade social e envolvam entidades e pessoas interessadas no combate a um dos maiores flagelos da nossa sociedade: o facto de cerca de 40.000 quadros médios e superiores serem considerados inúteis para o trabalho activo a partir dos 40 anos de idade.

Resta acrescentar que a ACEGE já fechou o círculo de investidores do fundo e prepara para muito breve o seu lançamento.

Qualquer deste dois casos tem uma motivação reconhecidamente pedagógica: pedagogia de serviço no caso do Observatório das Start-Ups, pedagogia do emprego no caso do Fundo Bem Comum.

Não obstante, o interesse que qualquer das iniciativas despertou nos investidores que as vão apoiar comprova com clareza a importância do capital de risco como instrumento privilegiado de financiamento do empreendedorismo.

Assim as entidades oficiais, as sociedade de capital de risco, e os investidores institucionais o entendam também, e tenham confiança nos

jovens dotados da inestimável vocação e competência para tão indispensável contribuição para o crescimento da riqueza e do emprego.